

A história da criação e organização dos primeiros jardins de infância no estado do Paraná

Jaqueline Delgado Paschoal
Maria Cristina Gomes Machado

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar a proposta pedagógica dos primeiros Jardins de Infância no estado do Paraná, no início da República, tomando-se por base o Método Histórico. A demarcação temporal iniciou-se no ano de 1906, quando foi criado o primeiro Jardim de infância, e se estende até 1911, período em que foi aprovada a segunda instituição nesse estado. O estudo concentrou-se na cidade de Curitiba, nos seguintes setores: Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública; Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná e Casa da Memória. Os resultados apontam que essas primeiras instituições faziam parte do projeto republicano do início do século XX, já que foram criadas e organizadas no âmbito dos grupos escolares para que atendessem aos objetivos de progresso e modernidade do estado. Por esse motivo, do ponto de vista pedagógico, apresentaram opções metodológicas diferenciadas, pois, enquanto a primeira optou pela proposta froebeliana de trabalho, que priorizava as brincadeiras em sala de aula, a segunda buscou como referencial a metodologia montessoriana, que propõe uma organização curricular de acordo com o desenvolvimento infantil. Em suma, independentemente das particularidades de cada instituição, esses espaços garantiram vivências educativas, configurando-se como ambientes de aprendizagens por meio da organização do trabalho pedagógico.

Palavras-chave: História. Jardins de infância. Trabalho pedagógico.

The history of the founding and organization of the first kindergartens in Paraná

Abstract: The purpose of this research is to analyze the pedagogical proposal of the first Kindergartens founded in the State of Paraná, in the beginning of the Republic, taking the Historical Method as basic methodology. The timeline begins in 1906, when the first Kindergarten was founded, and it extends until 1911, when the second such institution was founded in this State. The study focused the city of Curitiba, in the following sectors: Division of Documentation at the State of Paraná Public Library; State Department of the Public Archives in the State of Paraná. The results of the analysis point to the fact that these first institutions were part of the Republic Project in the beginning of the 20th Century, since they were founded and organized within the scope of the primary schools, in order to fulfill the objectives of progress and modernization of the State. For this reason, from the pedagogical point of view, such institutions presented differentiated methodological options; while the first chose to adopt the froebelian theory, which prioritizes play in the classroom, the second chose as reference Montessori's methodology, which proposed a curricular organization according to the child's development.

Keywords: History. Kindergartens. Pedagogical work.

1 Introdução

A educação da criança, na atualidade, constitui uma preocupação não só das famílias, mas também de diferentes setores da sociedade, já que muitos foram os avanços legais registrados nas últimas décadas. No entanto, pouco se conhece de suas origens e, menos ainda, sobre a criação dessas instituições no Paraná, já que, nesse estado, existe uma enorme lacuna acerca da organização do trabalho pedagógico desenvolvido no interior dos primeiros Jardins de Infância.

Entendemos que um maior aprofundamento teórico e metodológico sobre a organização dessas instituições, tomando-se como ponto de partida o enfoque histórico, é necessário, haja vista que a própria literatura aponta para a cristalização da historiografia, quando se considera que o histórico de uma determinada instituição, escrito por um de seus membros, já permitiria entender o que ali aconteceu, ou que a existência de estudos sobre determinado período torna desnecessária uma nova pesquisa (KUHLMANN JR., 1998). A história, embora trate do passado, do que já aconteceu, é dinâmica e exige ampla pesquisa e crítica das fontes que renovam interpretações e demandam procedimentos próprios de investigação e análise.

Desta maneira, o questionamento que norteou o estudo foi: “Como surgiram e foram organizados os primeiros Jardins de Infância paranaenses, no que diz respeito ao trabalho pedagógico com a criança pequena, naquele momento histórico?”. Optamos por realizar o estudo tomando por base o Método Histórico, haja vista que, para se conhecer a história das primeiras instituições de atendimento à criança, entendemos ser necessário compreender os aspectos sociais, econômicos e políticos do Estado do Paraná, no início da República no Brasil, em suas relações com o movimento internacional de difusão de diferentes níveis de escolarização.

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Curitiba, nos seguintes setores: Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública; Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná e Casa da Memória. Vários documentos foram pesquisados, tais como: Mensagens e Correspondências do Governo, Coleção de Leis, Decretos, Atos e Regulamentos, Relatórios de Instrução Pública, Atas, Registros e Diário Oficial.

Os objetivos principais foram conhecer, registrar e analisar a criação, a implementação e a metodologia de trabalho dos primeiros Jardins de Infância no estado do Paraná, tomando-se como ponto de partida o processo histórico e as leis que regulamentaram essas instituições no início da República no Brasil. Como recorte temporal, optamos por iniciar o estudo pelo ano de

1906, quando foi criado o primeiro Jardim de Infância paranaense, e se estender até 1911, período de aprovação da segunda instituição nesse estado. Desta maneira, o artigo está dividido em duas partes: a primeira compreende uma apresentação breve da Instrução Pública e sua contribuição para a criação e organização do primeiro Jardim de infância paranaense, que optou pela metodologia froebeliana de trabalho; e, na sequência, é apresentada a história da segunda instituição, que, diferentemente da primeira, teve como referência a Pedagogia montessoriana para o desenvolvimento do trabalho com a criança pequena.

1.1 A Pedagogia froebeliana e as brincadeiras como metodologia de trabalho do primeiro Jardim de Infância Paranaense

Os primeiros anos de República no estado do Paraná foram marcados por grande instabilidade governamental, pois sete governos se sucederam no período entre 1889 e 1891. Essas constantes substituições comprometeram a organização do Estado, uma vez que repercutiram nas atividades políticas, gerando grandes perturbações de ordem econômica e social (OLIVEIRA, 1994). Embora as finanças estivessem em baixa, devido aos altos impostos sobre a produção, que comprometiam a economia do Estado, o Paraná, com o auxílio do Governo Geral, conseguiu chegar ao novo regime com significativas realizações, tais como: a ligação do planalto com o mar por estrada de rodagem, no ano de 1873, e de ferro, em 1886; a formação de núcleos agrícolas de imigrantes europeus; e, no âmbito educacional, o desenvolvimento do ensino primário e a criação dos primeiros Jardins de Infância, segundo Oliveira (1994).

De modo geral, as escolas brasileiras, nesse período, eram bastante precárias, considerando que havia poucas escolas providas; assim, funcionavam em salas impróprias e dispunham de materiais insuficientes, pois “o desinteresse do poder público pela educação elementar era desolador, o que explica o florescimento das escolas particulares em todos os níveis de ensino” (SOUZA, 2006, p. 51).

Desde o início da República, o desejo de implantar uma escola moderna com várias salas e com vários professores era defendido pelos republicanos em todo o Brasil, sobretudo na capital paulista. O discurso do poder público não estava somente voltado para as escolas particulares, mas também para a implantação da educação popular. Desta maneira, Souza (2006, p. 63) ressalta que:

Nesse esboço impetuoso de iniciativa particular, os republicanos fizeram da educação um meio de propaganda dos ideais liberais e reafirmaram a escola como instituição fundamental para o novo regime e para a reforma da sociedade brasileira. A criação das escolas graduadas com várias salas de aula e professores encontrava-se pressuposta nos projetos de reforma da instrução pública desde o início da República no Estado de São Paulo..

No estado do Paraná, o desejo do poder público de melhorar as escolas não minimizou as condições das mesmas, que eram bastante precárias. Nesse período, o ensino era regido pelo Regulamento da Instrução Pública, aprovado pelo Decreto nº 93, de março de 1901, que não reconhecia o Jardim de Infância como nível específico de ensino, já que apenas indicava a casa escolar como uma possibilidade de atender crianças de quatro a sete anos. No período entre 1904 e 1907, na gestão de Vicente Machado da Silva e Lima, muitas inovações aconteceram no sentido de aprimorar o ensino paranaense, pois foi possível a reorganização da Escola Normal, em 1904, seguida pela criação dos primeiros grupos escolares, em 1905, e, na sequência, pela inauguração do primeiro Jardim de Infância público do estado, mais, precisamente, no ano de 1906 (SOUZA, 2004).

Com uma proposta considerada inovadora, esse primeiro estabelecimento de educação da criança adotou a metodologia froebeliana, haja vista que, em vários países, essa perspectiva de trabalho já havia sido incorporada aos espaços educativos.

Entende-se que a construção dos jardins de infância, no estado do Paraná, ancorava-se na hipótese de constituição desta modalidade escolar como componente de um projeto ampliado de organização do ensino marcado por exemplos internacionais e nacionais de reformas pedagógicas. Viagens de estudo, exposições internacionais, livros e revistas, visitas de técnicos, conferências, congressos, uma diversidade de idéias, propostas e materiais sobre Instrução Pública em circulação, em exposição e observadas de perto em São Paulo, em outros estados da Federação, em países europeus e nos Estados Unidos (SOUZA, 2004, p. 24).

Desta maneira, o Jardim de Infância, intitulado “Escola Jardim de Infância”, anexo ao Ginásio Paranaense, foi inaugurado no dia 02 de fevereiro de 1906, na cidade de Curitiba, com sessenta crianças matriculadas e sob a direção da professora Maria de Miranda. Essa primeira instituição foi recebida pela sociedade em geral e pela imprensa com bastante entusiasmo, conforme publicação do jornal Diário da Tarde (1906), ao destacar que “uma festa altamente simpática, teve ontem a sociedade curitibana o gáudio de assistir: a inauguração do “Jardim da

Infância”, que, sem dúvida é um relevantíssimo serviço que a atual administração presta à cultura do nosso Estado”.

Do ponto de vista pedagógico, o trabalho desenvolvido tomou por base os princípios da proposta de Froebel, sobretudo no que tange ao contato das crianças com a natureza e o divino, além das brincadeiras e de materiais diversificados que auxiliavam na aprendizagem das mesmas. A organização do espaço aliada às inúmeras formas de utilização dos jogos promovia o desenvolvimento de um ambiente rico em estimulações e possibilitavam tanto as ações orientadas pela professora como as atividades livres por parte das crianças, pois, de acordo com Froebel (2001, p. 206):

Os jogos nessa idade, ocupações espontâneas da criança, mostram uma tripla diferença: ou são imitações da vida e de seus fenômenos, ou são emprego do ensinado, da escola, ou são livres imagens e manifestações do espírito, de toda a espécie e em matéria de toda classe, segundo as leis contidas nos objetos e matérias do jogo investigando aquelas, seguindo-as e submetendo-as às mesmas, segundo as contidas no homem mesmo, em seu pensamento e sentimento.

É importante ressaltar que o pensamento sobre a relação entre o homem, a natureza e Deus embasou todo o princípio educacional de Froebel, justamente por este ter vivido no campo desde criança e ter se interessado pelas ciências naturais. Por esse motivo, comparava a criança a uma planta, que deveria ser cuidada desde a mais tenra idade, para que pudesse florescer. Para ele, essa relação levaria o homem ao desenvolvimento pleno por meio da educação.

A relação que existe entre a natureza e Deus se assemelha à que existe interna e espiritualmente entre uma obra bela e o artista que a executou; e, de um modo mais imperfeito, pode também ser comparada à relação que há entre qualquer produto humano e o autor que lhe deu forma. Tudo o que o espírito e a vida criam e produzem tem de refletir por força a vida e o espírito; há de levar, como um dom divino, os caminhos da mão criadora. Nada visível, nada perceptível pode existir que, em si mesmo, não seja a expressão do espírito, da vida, do ser que a criou (FROEBEL, 2001, p. 208).

Para Froebel, o homem não só se contempla na natureza de uma maneira geral, mas, por meio dela, tem a possibilidade de ler seu destino e perceber sua vocação e as condições necessárias para alcançar perfeitamente seu fim. Dessa maneira, “é preciso que o homem, sobretudo na infância, acostume-se a conviver com a natureza, considerando-a não em seus fenômenos e formas particulares, mas como manifestação geral do espírito divino” (p. 103).

As atividades livres eram valorizadas no cotidiano do Jardim de Infância, pois enriqueciam as experiências por meio da exploração do ambiente e da interação entre as crianças, promovendo diferentes saberes e, ao mesmo tempo, a socialização infantil. O poder público reconheceu a relevância da proposta froebeliana como opção metodológica dessa primeira instituição, ao enfatizar que “educa-se por meio de brinquedos ou dons apropriados, cuja coleção bem combinada indica o esforço em prol da educação infantil” (PARANÁ, 1908, p. 64).

No Relatório do Dr. Laurentino de Azambuja, Delegado Fiscal as 1º Circunscrição Escolar, apresentado ao Sr. Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira, Diretor Geral da Instrução Pública, é ressaltado o valor educativo das atividades lúdicas na organização do trabalho pedagógico, visto que “o Jardim dessa capital é um bom centro educativo, modelado pelo método de Froebel” (PARANÁ, 1908, p. 65). Ainda nesse documento, é esclarecido que:

Nesse estabelecimento de ensino é todo intuitivo; exercita-se a criança no emprego metódico dos órgãos dos sentidos, no conhecimento dos objetos, sua utilidade, nome, forma, cor; além de procurar corrigir certos defeitos peculiares à idade infantil, como a gagueira, o tatibitatismo e outros, assim como proporciona-se por meios de exercícios de ginástica racional a educação física, indispensável ao desenvolvimento dos órgãos e aparelhos em incipiente formação (p. 66).

As atividades previam: ginástica de movimento dos músculos, tronco, cabeça e pescoço; marchas e cânticos aprendidos, exclusivamente, por audição; exercícios sobre os órgãos dos sentidos; e trabalhos manuais variados, que também faziam parte do planejamento, pois, “com o progressivo desenvolvimento dos sentidos, também se desenvolve o uso dos membros, o exercício do corpo, de acordo com a natureza física do homem e com as propriedades gerais do mundo material” (FROEBEL, 2001, p. 44). O método utilizado para o desenvolvimento dos conteúdos foi o intuitivo, que tomava como ponto de partida a educação dos sentidos da criança, priorizando o canto, a recitação e o desenho, entre outras atividades.

Para Froebel, a criança é dotada de sentidos para o “firme”, o “fluído” e o “aéreo”. O sentido para o aéreo manifesta-se nos órgãos da audição e da visão, já o sentido para o fluído manifesta-se no olfato, e os sentidos para o firme, por meio da sensibilidade geral e do tato. Assim, cada objeto se apresenta em repouso ou em movimento, subdividindo-se em dois órgãos inteiramente distintos.

Perante a lei do conhecimento das coisas por seus opostos, na criança, desenvolve-se

primeiro o sentido da audição e, na sequência, o sentido da visão. Para que ocorra o desenvolvimento desses dois sentidos, “é necessário que os pais e educadores ajudem a criança a relacionar os objetos com os seus opostos, com a palavra e logo com o signo que os representa” (FROEBEL, 2001, p. 44). O intuito é fazer com que a criança perceba, nessa relação, uma verdadeira unidade, primeiramente, pela intuição, e, depois, pelos conhecimentos dos objetos.

Com o progressivo desenvolvimento dos sentidos, também se desenvolve o uso dos membros, o exercício do corpo, de acordo com a natureza física do homem e com as propriedades gerais do mundo material. Quando os objetos do mundo exterior estão próximos da criança e em repouso, eles influenciam a criança a descansar; quando se movem e se distanciam, impulsionam-na a alcançá-la e a apoderar-se deles; quando enfim, se põem quietos, porém em lugar distante, convidam a quem queira aproximar-se deles a pôr-se também em movimento para consegui-los (p. 44).

Dessa maneira, o desenvolvimento dos membros dá-se aos poucos, visto que, primeiro, a criança aprende a se sentar e, somente depois, a se levantar, andar e saltar. A evolução desses e de outros movimentos é tão importante para o desenvolvimento sadio da criança como os aprendidos inicialmente, tais como o sorriso e a expressão física. De modo geral, o que a criança faz nada mais é do que julgar os objetos com seus próprios membros, ou seja, mãos, dedos e lábios, além de gestos e olhares. Por esse motivo, as brincadeiras foram consideradas elementos significativos no processo de aprendizagem da criança e reconhecidas no trabalho desenvolvido no Jardim de Infância em estudo. Em matéria jornalística, foi destacado o pioneirismo de tal método no estado:

A primeira no nosso Estado e uma das primeiras no nosso Brasil a colocarem em prática esse ensino verdadeiramente prático, intuitivo e útil para as crianças, que sem preocuparem o espírito em métodos mais ou menos complicados dos ensinos primários antigos, se preparam brincando, pilherando para os mais profundos estudos interiores, que já encontram com largos subsídios, bem apreendidos nos jogos e brinquedos do curso infantil (DIÁRIO DA TARDE, 18 nov. 1909).

De acordo com Souza (2004), a opção pela metodologia froebeliana, na organização do trabalho dessa instituição, aconteceu em função da circulação e propagação de ideias pedagógicas ancoradas em princípios de modernização e renovação pedagógica e de modelos educativos já implementados em outros países, pois, “tanto para a escola primária como para a educação infantil, era patente a presença da adoção do método intuitivo, e o programa para a escola infantil

voltava para a lição das coisas, canto, recitação, desenho, entre outros conteúdos, fruto da repercussão internacional que perpassou também pelo Brasil" (SOUZA, 2004, p. 171). Isso impulsionou uma significativa procura por matrículas, por parte das famílias, no entanto, as vagas não eram suficientes para atender toda a população.

O Jardim de Infância desta capital é bom centro educativo, modelado pelos métodos de Froebel; a sua ação limita-se a 60 crianças, mas tal é a procura de lugares que, no dia do encerramento dos trabalhos do corrente ano, informou-nos a diretora, já se achar completa a matrícula para o ano vindouro (PARANÁ, 1908, p. 66).

Na realidade, a ampliação de vagas se tornou necessária, uma vez que essa instituição não conseguia atender a grande demanda existente. Como o poder público, a imprensa e a sociedade em geral preocupavam-se com a crescente demanda por instituições que atendessem as crianças pequenas, tornou-se, extremamente, necessária a criação de novos estabelecimentos, não só para os filhos das famílias mais abastadas, mas também para os das populações mais pobres.

De acordo com Lara (2006), a implantação dos Jardins de Infância impulsionou a educação em sentido mais geral, uma vez que proporcionou uma ampliação do ensino público.

[...] mesmo sendo fundamental a implantação dos Jardins de Infância, aos professores devia-se toda a responsabilidade pela obtenção de seu salário. Nessa época, para que o pagamento dos professores acontecesse, era necessário cobrar das famílias um imposto: a taxa escolar. Se não conseguisse o imposto, não havia pagamento. Era de responsabilidade de o professor cativar seus alunos para que frequentassem a escola sem que os pais se ocupassem (p. 214).

Nos primeiros anos da criação do Jardim de Infância em estudo, de acordo com Lara, o governo procurou melhorar as instalações estruturais desse novo estabelecimento e aumentar o número de vagas, pois "a instrução pública foi proposta na perspectiva de viabilizar os Jardins de Infância e os métodos sugeridos enfatizavam o ensino para essa faixa etária no período. Esses acontecimentos propuseram os caminhos a serem percorridos na outra década (p. 217).

Se, do ponto de vista legal, havia uma preocupação do governo em investir no aumento de vagas para atender a grande demanda desse nível de ensino, do ponto de vista moral, o olhar dos governantes sobre a criança e sua infância traduzia os valores vigentes naquele momento histórico, visto que se objetivava uma educação que enfatizasse mais a manutenção da ordem e dos bons costumes do que, propriamente, uma educação que privilegiasse a infância das crianças.

Contraditoriamente, esse mesmo órgão elogiava a opção metodológica adotada nesse estabelecimento, que se pautava nas brincadeiras como forma de organização pedagógica.

Por vários anos, a proposta froebeliana foi incorporada pelos Jardins de Infância brasileiros. No entanto, no Paraná, nesse mesmo período, ou seja, ainda na primeira década do século XX, outra forma de organização pedagógica foi implantada, por meio do trabalho do Jardim de Infância “Emilia Ericksen”, cujas práticas seguiam as premissas da pedagogia montessoriana.

1.2 A influência da proposta montessoriana de trabalho: a experiência do Jardim de Infância “Emilia Ericksen”

Do ponto de vista histórico, o Paraná acompanhou a tendência de outros estados, no que diz respeito à abertura de mais Jardins de Infância, uma vez que a receptividade das famílias, do poder público e da sociedade em geral em relação à inauguração, em 1906, da primeira instituição oficial, repercutiu em reivindicações por novos estabelecimentos. De acordo com o Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, "a Escola Jardim de Infância continua a prestar relevantes serviços à instrução; e a sua aceitação tem sido tão grande, que se impõe a necessidade de criação de outros estabelecimentos deste gênero em outros pontos da capital e mesmo no estado" (PARANÁ, 1908, p. 6).

Por conta dessas reivindicações, três anos após a inauguração da primeira instituição, iniciou-se a construção do segundo estabelecimento, anexo ao Grupo Xavier da Silva, na cidade de Curitiba, conforme Relatório apresentado pelo secretário de Obras, Claudino Rogoberto dos Santos.

Foram abertas as propostas apresentadas para a construção de um jardim de infância, à Rua Silva Jardim, contíguo ao Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva. Apresentaram-se três concorrentes, sendo lavrado contrato com os Srs. Germano Strobel & Filho, por ser a proposta mais vantajosa. O contrato foi assinado em 25 do mesmo mês, devendo estar concluído no prazo de três meses e pela importância de rs. 9:700\$000 (DIÁRIO DA TARDE, 1910, p. 60).

Apesar das reivindicações por novas instituições acontecerem entre as famílias mais abastadas, havia, também, o clamor para a abertura de novos estabelecimentos voltados para crianças das classes menos favorecidas, já que o primeiro Jardim de Infância atendia uma

população economicamente privilegiada, por conta de sua localização mais próxima da região central. Em matéria jornalística, o Diário da Tarde (10 ago. 1910) chamou a atenção para a universalização desse ensino e para a qualidade da formação dos professores que atenderiam essa faixa etária.

[...] os Jardins que na Europa apareceram com o humanismo intento de amparar a infância desvalida, substituindo as mães operárias nas horas que elas se entregam ao trabalho, os jardins em nosso democrático país se aristocratizaram ou pelo menos perderam aquele caráter modesto e prático. São estabelecimentos que fazem exigências superiores aos recursos dos pobres; em suas bancas encontram-se, na maioria ou quase totalidade, crianças de famílias abastadas. Os jardins não são casas propriamente de instrução, são antes casa de educação à crianças pobres e humildes, que para se educar não dispõem de recursos monetários e da atmosfera culta em que nascem e vivem as crianças abastadas.

De acordo com a matéria apresentada, diferentemente dos países europeus, aqui no Brasil, os Jardins de Infância haviam perdido seu principal objetivo, que era o de atender as crianças mais necessitadas. De qualquer forma, segundo o texto jornalístico, o Estado não tinha como determinar quem deveria frequentar essas instituições, mas deveria criar e manter os estabelecimentos, disponibilizando-os ao público. A imprensa dava destaque à importância da expansão de novas instituições, pois havia, já na época, a valorização desse nível de ensino como relevante para o desenvolvimento e aprendizagem da criança.

A importância desses estabelecimentos, que o governo estadual em boa hora está multiplicando, ressalta a influência que a educação na primeira infância exerce no indivíduo. É nessa idade que se lhe amolda o cérebro, orienta o caráter, incutem os bons princípios, enfim se lhe imprimem no espírito e no coração traços que perduram indelévels. Não será exagero dizer que, por mais que o pareça, que os jardins de infância são mais necessários ao ensino público que as próprias escolas de primeiro grau (DIÁRIO DA TARDE, 10 ago. 1910).

Apesar de as obras terem se iniciado com dois anos de antecedência, foi somente no ano de 1911 que foi inaugurada essa segunda instituição, também na cidade de Curitiba, que recebeu o nome de Jardim de Infância “Emilia Ericksen”. De acordo com o Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Luiz Antonio Xavier, assim que o espaço físico do novo estabelecimento ficasse pronto, o mesmo deveria ser inaugurado, já com a equipe organizada.

O edifício mandado construir o ano passado à rua Silva Jardim, desta Capital, e destinado a outra escola “Jardim de infância”, acaba de ser concluído e deve ser inaugurado no próximo mês de janeiro, tendo já sido nomeado o respectivo corpo docente e administrativo (PARANÁ, 1908, p. 62).

Para compor a equipe pedagógica dessa instituição, o Presidente do Estado, por meio do Decreto nº 600, determinou as normalistas "d. Joana Falce Scalco, d. Iracema Doria, d. Rosalina Vieira de Castro para exercerem os cargos de diretora da escola Jardim de Infância, recentemente construída à rua Silva Jardim, de professora de piano e para o cargo de guardiã, na ordem em que se acham os seus nomes colocados (PARANÁ, 1908).

Quanto à organização do trabalho pedagógico dessa nova instituição, a professora Joana Falce Scalco implantou a metodologia montessoriana de trabalho. Por conta disso, Ratacheski (1953) ressalta que esse segundo estabelecimento foi considerado o mais importante desse nível de ensino, justamente por apresentar uma nova perspectiva de trabalho como proposta de ensino em sala de aula. Essa professora foi designada para assumir a direção, pois havia se destacado no curso de professores da Escola Normal e era uma das poucas estudiosas da obra de Maria Montessori.

A professora Joana Falce Scalco, muito jovem ainda, trazendo na alma o desejo incoercível da juventude, que sempre se inclina pelas inovações, mesmo revolucionárias como a de Montessori, empolgou-se com o movimento, levando para o “Emilia Ericksen” todo o seu idealismo e juventude, consagrados ao novo método. Por isso esse jardim é o marco de uma nova era no ensino paranaense (RATACHESKI, 1953, p. 37).

Pelas afirmações de Ratacheski, percebe-se que a inauguração desse Jardim de Infância se destacou por implantar tal metodologia, cuja proposta de trabalho priorizava a educação do movimento livre, a autoatividade, a autodisciplina, materiais didáticos e mobiliário adequado ao tamanho da criança. Assim, “após sete anos de educação infantil voltada à proposta educacional de Froebel, tomou-se conhecimento de um outro método: o método montessoriano. Este, diferentemente do primeiro, não aceitava o jogo ou o lúdico como possibilidade de conhecimento” (LARA, 2006, p. 217).

Se, por um lado, nessa nova proposta de ensino, o brincar não era considerado relevante para o desenvolvimento das potencialidades infantis, por outro, caberia à professora criar um ambiente de oportunidades para que as crianças se concentrassem de modo a garantir a calma e a atitude tranquila. Por esse motivo, na organização do trabalho pedagógico, essa instituição

priorizou a educação dos sentidos, a partir dos seguintes pressupostos: organização do conjunto de materiais para o estímulo da educação sensorial; educação dos movimentos; formação da mente matemática; e alfabetização, segundo a perspectiva montessoriana de trabalho.

Na perspectiva de Montessori (1965), uma das principais finalidades práticas de seu método era a integração da educação dos movimentos à vida cotidiana da criança, uma vez que “a necessidade de movimento, nela irresistível, vai aparentemente atenuando-se; é que os poderes inibidores, desenvolvendo-se, harmonizam-se com os impulsos motores, possibilitando a obediência à vontade” (p. 79). A criança mais evoluída será aquela cujos impulsos motores forem mais obedientes, ou seja, “quando uma vontade exterior age sobre a sua, ela conseguirá dominar seu impulso” (p. 79). Para a autora, o movimento é essencial à vida, já que “nenhum método de educação poderá ser esquematizado como sendo moderador, ou pior ainda, inibidor do movimento” (p. 80).

Assim, a educação dos sentidos constituiu a base do ensino nesse estabelecimento, haja vista que a educação sensorial permite descobrir e corrigir certos defeitos que passam despercebidos em muitas escolas. Montessori defendeu o pensamento de que, na idade infantil, torna-se mais fácil desenvolver algumas habilidades do que na idade adulta. Por esse motivo, estimular a coordenação e a livre movimentação da criança, por meio de materiais e exercícios diversificados em sala de aula, é condição necessária para sua educação, considerando-se que “a educação sensorial deve, pois, ser começada como método desde a tenra idade, e continuada, depois, durante o período de instrução que preparará o indivíduo à vida prática em seu ambiente” (p. 101).

No contexto do trabalho educativo, a criança era entendida o centro de todo o processo, uma vez que essa opção metodológica defendia que “a vitalidade das crianças” deveria ser “considerada de modo que elas possam exercer sua atividade e aprender a fazer, fazendo. A necessidade do respeito ao ritmo de cada criança e a consideração da personalidade na sua totalidade” (NICOLAU, 2005, p. 14-15).

No que diz respeito à organização do espaço, o Jardim de Infância em questão trabalhava seu ambiente de modo a acolher, sem impedimentos, a atividade espontânea da criança, satisfazendo seu desenvolvimento. Os princípios norteadores tinham como base a liberdade, a atividade, a independência e a individualidade infantil. Sobre essa última questão, o ritmo de cada criança era respeitado, já que cada uma apresentava interesses e necessidades próprias.

O trabalho das professoras consistia na observação individual das crianças, sobretudo, de suas manifestações. Desse modo, seria possível conhecê-las e aprender mais sobre seu desenvolvimento.

A mestra nada mais deverá fazer que ajudá-la, no início, a orientar-se entre tantas outras coisas diversas e compenetrar-se do seu uso específico; deverá iniciá-la à vida ordenada e ativa no seu próprio ambiente, deixando-a em seguida, livre na escolha e execução do trabalho (MONTESSORI, 1965, p. 57).

A finalidade de se possibilitar a livre movimentação, em sala de aula, é conduzir a criança, paulatinamente, rumo à independência necessária em um indivíduo adulto, ou seja, rumo à autonomia. Um dos pilares da metodologia montessoriana é o exercício da escolha, pois o desenvolvimento dessa habilidade permite às crianças o desejo de se tornarem independentes. Por isso, a importância de um ambiente bem organizado, que ofereça múltiplas oportunidades para que estas possam optar por uma ou outra atividade.

É importante ressaltar que, apesar dessa proposta de trabalho reconhecer a criança como centro do processo educacional, muitas foram as críticas da imprensa local em relação à metodologia adotada, sobretudo pela rigidez da organização das atividades, que exigiam o silêncio da criança. As matérias jornalísticas da época ressaltavam a inviabilidade dessa forma de trabalho, pois entendiam que tal exigência desrespeitava a forma de ser da criança e não valorizava sua imaginação. Para além dessas questões políticas, é importante ressaltar que, por meio da proposta de trabalho de Montessori, foi possível o delineamento dos princípios fundamentais que nortearam a organização do ambiente e a prática pedagógica dos professores do Jardim de Infância Emília Ericksen.

Considerações Finais

Por meio da história, foi possível verificar que o surgimento e a organização do trabalho dos primeiros Jardins de Infância demonstraram ao poder público, assim como à sociedade e à imprensa, a importância de seu papel na educação da criança pequena. Do ponto de vista pedagógico, ambas apresentaram uma particularidade bem definida ao reconhecerem as especificidades das crianças e o respeito às suas infâncias. Enquanto o primeiro Jardim adotou a perspectiva froebeliana de trabalho, que considerava a brincadeira como elemento fundamental

para a aprendizagem infantil, o segundo, ao priorizar a proposta montessoriana, não valorizava o brincar, mas soube reconhecer as fases do desenvolvimento infantil e a relevância da intervenção do adulto no sentido de possibilitar à criança desenvolver-se de maneira plena. O que se buscava com a criação dessas instituições era uma forma de romper com um modelo de escola que já não atendia mais aos anseios da população, por isso foram organizados e implementados anexos aos grupos escolares, para que atendessem aos objetivos de progresso e modernidade do estado.

Referências

DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 3 fev. 1906.

DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 18 nov. 1909.

DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 10 ago. 1910.

FROEBEL, Frederick. **A educação do homem**. Passo Fundo: UPF, 2001.

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LARA, Ângela M. de B. Apontamentos históricos sobre a educação infantil no Estado do Paraná: 1904-1940. In: SCHELBAUER, Anaete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina G. (Org.). **Educação em debate**: perspectiva, abordagens e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 211-239.

MONTESSORI, Maria. **Pedagogia científica**: a descoberta da criança. São Paulo: Flamboyant, 1965.

NICOLAU, Marieta L. M. A formação de Maria Montessori. In: ARCE, Alessandra et al. **Revista Maria Montessori**: o indivíduo em liberdade. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Segmento-Duetto, 2005. p. 6-15. (Coleção, Memória da Pedagogia, n.3).

OLIVEIRA. **Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República**. 1994. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PARANÁ. **Decreto nº 93, de 11 de março de 1901**. Dispõe sobre o Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná de 1901.

PARANÁ. **Relatório de Laurentino de Azambuja, Delegado Fiscal da 1º Circunscrição Escolar ao Sr. Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira, Diretor Geral da Instrução Pública, no ano de 1908**. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1908.

RATACHESKI, Alir. **Cem anos de ensino no Paraná**. Câmara de Expansão Econômica do Paraná. 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná, 1853-1953. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1953. p. 29-50.

SOUZA, Gisele De. **Instrução, o talher para o Banquete da Civilização**: cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929. 2004. 288f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOUZA, Rosa M. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, Demerval et al. **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 33-70.

Jaqueline Delgado Paschoal - Universidade Estadual de Londrina.
Londrina | PR | Brasil. Contato: jaquinedelgado@uol.com.br

Maria Cristina Gomes Machado - Universidade Estadual de
Maringá- Paraná. Maringá | PR | Brasil. Contato:
crismach@yahoo.com

Artigo recebido em: 8 maio 2014 e
aprovado em: 2 nov. 2014.